

AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO ÂMBITO DO MERCOSUL DURANTE OS GOVERNOS FHC E LULA: MUDANÇAS E CONTINUIDADES

RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND ARGENTINA IN THE MERCOSUR SPHERE: CHANGE AND CONTINUITY DURING FHC AND LULA ADMINISTRATIONS

Namisi Silva de Oliveira ¹

RESUMO

O artigo busca tratar sobre as relações estabelecidas entre Brasil e Argentina, durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, no âmbito do MERCOSUL. Além da preocupação com as relações estabelecidas entre os dois países durante este período, também será considerado o cenário internacional e os momentos de crise enfrentados em nível regional e global. Nele são apresentadas as relações estabelecidas com a Argentina ao longo dos oito anos do mandato de FHC, além de serem consideradas as relações durante o período Lula. O artigo conclui com um balanço das continuidades e mudanças estabelecidas ao longo destes dois governos com relação à Argentina e o MERCOSUL.

PALAVRAS-CHAVES

Brasil, Argentina, MERCOSUL, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva

ABSTRACT

This paper tries to address the relations established between Brazil and Argentina, during Fernando Henrique Cardoso and Lula da Silva's administrations, within the scope of MERCOSUR. In addition to the relations established between the two countries during this period, the international scene and the moments of crisis faced at regional and global level will also be considered. It also presents the relations established with Argentina during the eight years of FHC's mandate and the Lula period. The paper concludes with a review of the continuities and changes established throughout these two governments regarding Argentina and MERCOSUR.

KEYWORDS

Brazil, Argentina, MERCOSUR, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva

¹ Mestre no programa de Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul).

Introdução

Inicialmente, o interesse fundamental do Brasil, nos tempos da colonização, centrava-se nos países da Bacia do Prata – Argentina, Uruguai, Paraguai e, de certo modo, Bolívia. Tal importância se dava pela posição geopolítica da região, responsável pelo abastecimento das regiões de Mato Grosso, Goiás e parte de São Paulo, dependentes, quase que totalmente, da navegação fluvial. Ainda em seu período de formação, o entendimento brasileiro já era o de que havia duas Américas, distintas não tanto por suas origens étnicas ou mesmo pela diferença de idiomas, mas, principalmente, pela geografia, com as implicações geopolíticas. Esse foi o eixo pelo qual a política externa brasileira se orientou, abstendo-se, ao longo do século XIX, de maiores envolvimento com a América do Norte, Central e Caribe, enquanto resguardava a América do Sul como sua esfera de influência (BANDEIRA, 2007).

Nesse processo, a Argentina começou a se apresentar como importante parceira comercial, tornando-se escoadouro natural para produtos agrícolas e manufaturados. Saraiva (2013) aponta que, se considerado desde 1822, o lugar ocupado pelo país no arco da política externa brasileira não foi uniforme. No entanto, é importante apontar que, apesar dos encontros e desencontros, a Argentina sempre ocupou um papel destacado nas preocupações externas da diplomacia brasileira. A Argentina se apresenta como um interlocutor especial, diferente dos demais países vizinhos, mantendo um eixo de interação política há muitos anos, além de negociações de parceria estratégica.

A partir de 1985, todos os governos brasileiros confirmam o acordo estratégico com a Argentina como ponto cardeal de suas relações internacionais, sendo o país um ator fundamental para qualquer processo de integração da região (VIGEVANI; CEPALUNI; 2007). Emitida em 1985, pelos presidentes Alfonsín e Sarney, a Declaração de Iguazu expressava a decisão de ambos os países de buscar a integração de suas economias, assim como sua preocupação por dar ao processo de integração um tom democrático, destacando a consolidação política como o eixo de um maior estreitamento das relações recíprocas. Em conjunto com o conceito de democracia, estão aqueles de paz, segurança e desenvolvimento na integração, no Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), assinado pelos dois países, em conjunto com os doze protocolos em julho de 1986, em Buenos Aires (GINESTA, 1999).

Com a criação do Grupo Mercado Comum (GMC) em 1990, designado para elaborar um projeto para a implementação do Mercado Comum, o Tratado de Assunção foi assinado em 1991 criando o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Apesar de sua origem bilateral, o Uruguai e, posteriormente, o Paraguai aderiram ao projeto de integração. A preferência inicial por parte da Argentina e do Brasil pela manutenção do projeto no âmbito bilateral foi

definitivamente revertida após a declaração da Iniciativa para as Américas pelo governo norte-americano. A integração regional passou a ser vista como um instrumento para agregar forças e coordenar posições frente às negociações internacionais (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Guimarães (2005) coloca que a argumentação favorável à integração econômica e à cooperação política entre a Argentina e o Brasil consideram uma visão realista da dinâmica política e econômica mundial. Nela se mostra implícita a impossibilidade da integração regional como um projeto unicamente comercial, devendo assumir uma estratégia comum de desenvolvimento. Para o autor, a integração econômica entre Brasil e Argentina, no âmbito do MERCOSUL, poderia ser o caminho preparatório de cooperação política mais ampla e duradoura, contribuindo decisivamente para o sucesso ou insucesso da integração econômica.

De diferentes formas, o MERCOSUL tem sido apresentado como um instrumento político de defesa de interesses para seus países membros, que buscam promover seus objetivos em uma nova ordem mundial. A importância do papel político do bloco parece ser considerada uma consequência natural do tamanho do seu produto, território e população (GUIMARÃES, 2005).

A presença da América do Sul no escopo da política externa brasileira foi se tornando cada vez mais significativa ao longo da década de 1990. Para Reis (2013) o conceito e a política externa para a América do Sul foi ganhando espaço estratégico ao final do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e foi aprofundado no governo Lula (2003-2010). Esse pode ser considerado um dos traços de continuidade mais marcantes entre os dois governos, que confere uma política de Estado de longo prazo ao projeto brasileiro e sul-americano (REIS, 2013).

Do lado argentino, as relações com a América do Sul e com o Brasil iniciam uma nova fase de significados com os mandatos de Carlos Menem (1989-1999) e Néstor Kirchner (2003-2007). Na visão de Menem a integração regional viria a ser uma ferramenta crucial para construir uma nova Argentina. Dessa forma, deixou claro em seu discurso de posse a necessidade de promover uma integração efetiva com os países latino-americanos, colocando que o posicionamento em favor da integração não era unicamente ideológico, mas sim um meio para somar eficiências relativas e potencializar um salto qualitativo nas economias da região (GUADAGNI, 1995).

Sendo assim, o objetivo deste artigo é fazer uma retomada das relações estabelecidas entre Brasil e Argentina, durante as gestões de Cardoso e Lula da Silva, no âmbito do MERCOSUL. Além da preocupação com as relações estabelecidas entre os dois países durante este período, também será considerado o cenário internacional e os momentos de crise enfrentados em nível regional

e global. Na primeira parte, será apresentada a relação estabelecida com a Argentina ao longo dos oito anos do mandato de FHC. Já na segunda parte, serão consideradas as relações durante o período Lula. O artigo conclui com um balanço das continuidades e mudanças estabelecidas ao longo destes dois governos com relação à Argentina e ao MERCOSUL.

As Relações entre Brasil e Argentina no âmbito do MERCOSUL durante o período FHC

A gestão de Fernando Henrique Cardoso representou a consolidação e sofisticação de uma política formulada e praticada inicialmente nos governos Collor de Mello e Itamar Franco. Parte dos êxitos iniciais da diplomacia brasileira na gestão FHC relacionou-se com a parcial existência de um ambiente internacional cooperativo, em que se acreditava na relativa democratização das instituições internacionais, principalmente na área comercial (VIGEVANI; CEPALUNI; 2007).

Em um primeiro momento, sua gestão se caracterizou pela diminuição das pressões domésticas em virtude da estabilidade econômico-monetária e político-institucional, bem como por uma maior conexão do país com o mercado global. No âmbito da política externa brasileira, tal período configurou-se como um de experimentação propiciado tanto pelas grandes negociações comerciais internacionais – como ALCA e MERCOSUL-UE - quanto pelas negociações multilaterais em torno da OMC, fazendo do MERCOSUL a plataforma fundamental para a articulação com os outros níveis de interação (ALBUQUERQUE, 2002; NETO et al, 2014).

Cardoso começou seu governo em 1995, tendo o sucesso do Plano Real e a retomada do controle dos índices de inflação. Sua gestão manteve a preocupação na estabilidade monetária, quando seu primeiro desafio foi o de controlar os efeitos da crise do México de dezembro daquele ano e garantir a manutenção da estabilidade cambial. A preocupação com a questão econômica seria um dos maiores pontos tratados no início de governo.

Para Almeida (2004), alguns dos principais desafios da agenda externa brasileira neste momento estavam relacionados ao restabelecimento da confiança internacional na capacidade brasileira em continuar uma inserção de caráter positivo na economia internacional. Alguns dos pontos mais sensíveis se relacionavam com a continuidade na participação brasileira em diversos foros negociadores de caráter comercial, nos passos seguintes ao processo de integração regional baseado no MERCOSUL.

Ainda, considerava-se que uma série de outros assuntos da esfera doméstica poderiam acarretar custos temporários ou desviar energias em relação aos temas relevantes daquela agenda. De tais questões, as mais importantes se

relacionavam a dívida externa, vinculada parcialmente ao comportamento do câmbio e das reservas em divisas, o que determinou, em três ocasiões desde 1998, à conclusão de acordos de sustentação financeira preventiva com o FMI (ALMEIDA, 2004).

Consta como consenso para os teóricos de política externa brasileira a influência efetiva e decisiva da matriz neoliberal, substituta do modelo desenvolvimentista em crise desde o início dos anos 1990, durante a gestão Cardoso. Ainda, se torna presente uma internacionalização do neoliberalismo por parte da política externa brasileira, projetando para a política exterior o que o governo vinha praticando internamente. Assim, ao longo da implementação da nova matriz, formou-se uma nova relação entre Estado e Mercado altamente embasada nos ideais do Consenso de Washington (REIS, 2008).

No entanto, mesmo sob o signo liberal, Reis (2008) aponta a importância em contextualizar a política externa apresentada no período, podendo ser explicada a partir de três considerações importantes: 1) um ajuste no discurso neoliberal, baseado nas experiências do período Collor e Franco; 2) uma adesão não integral ao discurso neoliberal, mostrando que o paradigma desenvolvimentista continuava presente na política externa brasileira e; 3) um momento de inflexão e crise de matriz onde surge o discurso da globalização assimétrica e uma nova alteração na política externa, no segundo mandato.

Na esfera sul-americana, o MERCOSUL foi considerado prioridade durante a maior parte do governo de FHC, ao mesmo tempo em que houve uma aproximação importante com o governo argentino na área de segurança. Na questão nuclear, Brasil e Argentina se comprometeram com os regimes internacionais vigentes e estabeleceram entre si um mecanismo de cooperação que, junto com diversos passos de aproximação dados na área de Defesa, foram fundamentais na construção de medidas de confiança (SARAIVA, 2013).

Para Bernal-Meza (2002) a mudança presente nos dois países, dispostos a cooperação e acordo, marcou uma mudança fundamental nas relações bilaterais com a Argentina e a América do Sul: nela consta a noção de que o Brasil encontrou o seu perfil latino americano. A adesão conjunta da Argentina e do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), no contexto de um acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), encerrou uma fase em que o uso militar da energia nuclear permanecia incerta e como ponto de preocupação na relação com outros países. Os dois governos comprometeram-se com o desenvolvimento da pesquisa nuclear apenas para fins pacíficos e controlados.

Apesar da postura cooperativa, Saraiva (2013) aponta que a nova ordem internacional dos anos 1990 foi percebida de forma diferente pelas duas chancelarias, o que refletiu decisivamente sobre os respectivos comportamentos na arena internacional. A formalização do MERCOSUL, com a assinatura do

Protocolo de Ouro Preto em 1994, trouxe muitos ganhos e incentivos para o processo de aproximação entre os dois países. Trouxe uma agenda de integração que influenciou de forma proativa sobre o comportamento de ambos. Mas trouxe também frustrações e desencontros.

Candeas (2010) considera que a política externa de Menem representou uma mudança brusca na política até então apresentada por Alfonsín. Suas mudanças principais se apresentaram nos campos do confronto com as potências em áreas como o Atlântico Sul, América Central e Caribe, o Movimento Não Alinhado e nas questões de política nuclear. No entanto, em meio a tantas rupturas, o Brasil e a integração se mostraram como únicas diretrizes de continuidade entre as políticas exteriores dos governos radical e peronista.

Sua política externa tinha como grande conceito teórico o realismo periférico. Nele se considera que países periféricos como a Argentina, em razão da disparidade de forças, somente tinham perdido, e somente continuariam a perder, caso continuassem a confrontar os Estados Unidos, isoladamente ou participando de grupos como o Movimento Não-Alinhado. A postura mais proveitosa a ser tomada no cenário internacional seria a de reconhecer a sua inferioridade, alinhar-se irrestritamente com as políticas americanas e praticar o modelo econômico neoliberal. Tal estratégia permitiria à Argentina evitar retaliações, ter relações preferenciais com os Estados Unidos na região, recuperar sua credibilidade internacional como país de fato europeu e até obter a soberania sobre as Malvinas (GUIMARÃES, 2005).

Candeas (2010) aponta que a política externa de Menem esteve diretamente ligada à agenda da reconstrução econômica do país, colocando como eixos centrais o relacionamento privilegiado com os Estados Unidos e o MERCOSUL. Através das “relações carnis” com os EUA, Menem acreditava ter encontrado o atalho para o Primeiro Mundo, optando o alinhamento à superpotência. Do ponto de vista do Chanceler Guido, o objetivo central da política externa seria o de estabelecer com os Estados Unidos o tipo de relacionamento estabelecido com o Império Britânico.

Nesse contexto, as relações argentinas com o Brasil teriam dois propósitos: o de atrair o Brasil para aderir às reivindicações estratégicas americanas vitais e assim cooperar com a política americana; e o de aproveitar a abertura do mercado brasileiro propiciada pelo MERCOSUL, sem perder de vista o objetivo de se integrar ao mercado americano. Tal postura se confirmou quando o governo argentino procurou fazer com sua candidatura isolada ao NAFTA e ao sistema militar americano, onde chegou a obter status de aliado extra-OTAN (GUIMARÃES, 2005).

Durante este período, é possível notar a ineficiência do MERCOSUL diante das assimetrias excessivas mesmo entre os dois principais países. A

falta de políticas econômicas comuns e as tensões políticas causadas pelos dois outros parceiros, Uruguai e Paraguai, comprometeram em certo nível a política comercial brasileira e argentina. A falta de alinhamento entre os dois maiores sócios do bloco resultou em uma crise interna, que falhava em traçar um plano coerente com os termos de liberalização comercial, ao mesmo tempo em que apresentava propostas utópicas de institucionalização.

O bloco e sua Tarifa Externa Comum (TEC), as políticas cambiais como o *currency board* (paridade fixa) argentino e o câmbio quase fixo brasileiro e as políticas de privatização e desregulação causaram a desnacionalização das economias, aumento da vulnerabilidade externa, ameaça permanente de crise de pagamentos, subordinação crescente ao FMI (e aos Estados Unidos), exclusão social, desarticulação institucional e ressentimento entre os dois países (GUIMARÃES, 2005).

Saraiva (2013) segue o mesmo raciocínio de Guimarães ao afirmar que, no campo das ideias, no contexto democrático, as visões e expectativas sobre o desempenho do MERCOSUL foram diversas desde o seu princípio, tanto no Brasil como na Argentina. Para a autora, o período entre 1990 a 1999 pode ser considerado como o período de construção do MERCOSUL econômico-comercial e de reforço da consolidação democrática. O êxito encontrado na dimensão comercial não foi igualmente refletido na articulação de políticas macroeconômicas.

Os ganhos da institucionalização do MERCOSUL, além da TEC, não vieram acompanhados do estreitamento da parceria estratégica construída na segunda metade dos anos de 1980. Os sucessos da integração comercial conviveram com questionamentos e desencontros no que diz respeito a alguns traços da parceria estratégica, como na área de política externa com a divergência de agendas em fóruns multilaterais e na redução da densidade do diálogo político entre ambos (SARAIVA, 2013).

Ainda, a disputa pela liderança regional foi retomada entre Brasil e Argentina, transparecendo na busca de um lugar no Conselho de Segurança da ONU. Seguiram-se novas fricções no campo comercial através de medidas protecionistas recíprocas entre os grandes países do bloco em áreas sensíveis como o açúcar brasileiro e o trigo argentino. Além das declarações presidenciais de apoio e compreensão dentro do MERCOSUL, as fricções comerciais aumentaram e os choques entre setores enfrentados pelo cumprimento ou violação das regras do bloco cresceram claramente neste período (CAETANO, 2011).

As disputas comerciais crescentes entre Brasil e Argentina eram traduzidas em violações unilaterais dos acordos previamente estabelecidos, o que fazia com que o bloco perdesse credibilidade na consistência e vigência posterior de seus acordos firmados. Em suas assimetrias, os países pequenos do bloco

também sofriam prejuízos cada vez mais severos, exigindo a necessidade de uma ampliação de seus mercados, que seguiam bloqueados, e por uma acessibilidade plena ao MERCOSUL (CAETANO, 2011).

Na candidatura para o segundo mandato de Cardoso, a questão internacional aparece como fator importante na campanha presidencial em 1998. O pano de fundo deste período foi marcado pelo pleno recrudescimento da crise financeira internacional, com a declaração de inadimplência e de moratória unilateral por parte da Rússia. Após vários meses de “tremores” asiáticos iniciados em meados de 1997 com a crise cambial na Tailândia, logo espalhada pela Indonésia, Malásia e Coréia, e de anos seguidos de estagnação econômica no Japão, além da falência de seu sistema bancário (ALMEIDA, 2004).

Quando a crise financeira internacional atingiu igualmente o Brasil, um pacote de ajuste fiscal, estritamente monitorado pelo FMI foi a condição essencial para se lograr uma ajuda financeira da instituição e de países-membros do G-7 (ALMEIDA, 2004). Em 1999, a desvalorização do real e suas consequências nefastas na economia argentina abriram uma crise no bloco e no eixo bilateral Brasil-Argentina, atingindo o comércio, que vinha sendo o pilar da estabilidade do bloco econômico. O período de 1999 a 2002 correspondeu a uma etapa de crise do MERCOSUL enquanto bloco comercial, e de questionamentos acerca de sua conveniência (SARAIVA, 2013).

A queda acentuada das exportações dos demais membros do bloco provocou uma situação crítica e alarmante nas projeções previstas para aquele período. O que ocorreu após foram uma série de incidentes diplomáticos dentro do MERCOSUL, sendo um ápice a proposta do presidente argentino Carlos Menem de realizar um processo de dolarização do conjunto das economias mercosulinas, como mecanismo implacável para enfrentar a crise internacional e os desequilíbrios internos do bloco em matéria cambial (CAETANO, 2011).

Com o evidente cenário de crise minando a busca por estabilidade econômica e financeira da América do Sul, ao fim da década de 1990, cresceu a percepção crítica sobre os possíveis efeitos negativos do livre comércio e da adoção das medidas de ajuste econômico, então propostas pelas instituições financeiras internacionais. A crescente crise econômica e social na Argentina no governo De la Rúa, e o discurso da globalização assimétrica feita por Fernando Henrique, também contribuíram para evidenciar essa realidade.

O ano de 2001 se mostrou para a Argentina com um cenário de rápida deterioração política, econômica e institucional do país. Nesse mesmo período o país se viu em uma fase transitória de quatro presidentes, sem a Conversibilidade da moeda e com uma relação provavelmente menos estreita com os Estados Unidos. No auge da crise em 2002, tanto líderes de opinião quanto a população geral destacavam a integração como maior prioridade da política externa

argentina. No entanto, percebeu-se uma queda no desejo de associação com o Brasil (BERNAL-MEZA, 2002; CANDEAS, 2010).

Bernal-Meza (2002) chama atenção para as profundas contradições entre teoria e prática na gestão FHC, principalmente em seu segundo mandato. Enquanto a percepção sobre o MERCOSUL mudava, reduzindo seu perfil de importância estratégica, como resultado das crises e atritos contínuos entre os países membros, endurecia-se a posição frente à Argentina e o objetivo em relação a esta por meio de pressões e um relativo grau de intransigência, fazendo pagar, comercialmente, o desprezo à política exterior.

Saraiva (2013) confirma o afastamento brasileiro ao afirmar que desde a perspectiva brasileira, o MERCOSUL, e a sua relação preferencial com a Argentina, perdeu a prioridade. A partir da crise de 1999, o Itamaraty e o presidente começaram a dividir a atenção ao bloco com outros projetos de construção de mecanismos de cooperação e integração na América do Sul, como a CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações) e a IIRSA (Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana). Em 2000, Fernando Henrique Cardoso convocou em Brasília a primeira reunião de presidentes sul-americanos com vistas a se criar a comunidade de nações no continente, como medida unilateral brasileira, reforçando uma integração sul-americana em detrimento do MERCOSUL.

No entanto, na visão de Saraiva (2013), tal postura não significou um abandono do bloco. No cenário de crise, em 2001, prevaleceu a disposição argentina frente ao mundo em avançar paralelamente com o MERCOSUL. Para o governo brasileiro foi muito importante dar um respaldo para o país enfrentar os desafios criados pela crise frente a terceiros Estados e organizações internacionais. A reação negativa dos Estados Unidos frente à crise contribuiu para o fortalecimento do lugar ocupado pelo Brasil na política externa argentina.

Ao mesmo tempo em que tornou mais evidente as assimetrias existentes entre os dois países, a crise também serviu para mostrar o alto grau de interdependência entre ambos. Dentro da própria gestão de Cardoso era predominante a visão favorável a manter vínculos fortes com a Argentina como condição necessária para a implementação do principal projeto de política externa brasileira: a construção de uma liderança brasileira na região. O MERCOSUL seguiu sendo uma política de Estado enraizada na diplomacia e em agências governamentais (SARAIVA, 2013).

Ao mesmo tempo, outro assunto comum dentro do período analisado, e um dos principais assuntos que norteou a relação entre Brasil e Argentina foi o processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o relacionamento com os Estados Unidos. Para Reis (2008), houve relativa coesão entre o posicionamento argentino e brasileiro na relação MERCOSUL-NAFTA,

evidenciado nas reuniões de discussão sobre a ALCA, ao mesmo tempo em que se buscava uma aproximação com a gestão norte-americana.

Um ponto de contradição e delicadeza derivado deste período esteve relacionado a apresentação da negativa pública argentina à pretensão brasileira de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (BERNAL-MEZA, 2002; REIS, 2008; CERVO e BUENO, 2012). Tais declarações foram recebidas com surpresa e desagrado no Brasil, por parte do Itamaraty. Para Bernal-Meza (2002), o episódio apareceu como um fator “particularmente irritante” para a Argentina. A Argentina rejeitou esta iniciativa recorrendo a fundamentos realistas, e o governo brasileiro, com o propósito de evitar confrontações estéreis arquivou o tema até o início da década seguinte – posto que, sem o consentimento argentino, esta candidatura seria inviável. No entanto, após o episódio, as chancelarias dos dois países trabalharam junto às suas principais lideranças políticas para superar o episódio.

Ao fim de seu mandato, o governo Cardoso preocupou-se em lidar com as dificuldades decorrentes da ampliação do unilateralismo norte-americano, passando a ampliar as relações com China, Índia, África do Sul e a buscar um maior equilíbrio no diálogo com os Estados Unidos no quadro das negociações da ALCA. Mesmo sem ter os resultados de um acordo formal, a gestão tentou utilizar as negociações MERCOSUL-União Europeia para assegurar maior espaço de manobra (VIGEVANI; CEPALUNI; 2007).

Essa tendência e o redirecionamento efetivo seriam aprofundados e defendidos mais fortemente na administração Lula da Silva. A acumulação de ajustes e mudanças de programa acabou determinando, em parte, um novo sentido para a política externa, acarretando ajustes na formulação da decisão burocrática e potenciais mudanças nas metas de negociação (VIGEVANI; CEPALUNI; 2007).

As Relações entre Brasil e Argentina no contexto do MERCOSUL no período Lula

A década de 2000 marca a “guinada à esquerda”, com a chegada ao poder de líderes políticos mais próximos à esquerda do espectro político sul-americano. Exemplos dessa onda foram o Brasil, Argentina, Venezuela, esta desde fins dos anos de 1990, além de Bolívia, Peru, Uruguai, Equador e Paraguai. Apesar de apresentarem proximidades, as realidades nacionais resultaram em estratégias diferenciadas de desenvolvimento e de inserção internacional, ainda que, em maior ou menor grau, dentro de programas progressistas (COUTO, 2013).

No caso do MERCOSUL, 2003 marca a ascensão de Lula da Silva e Néstor Kirchner criando caminhos e expectativas para a construção de uma parceria política sólida entre Brasil e Argentina. Seu ponto de partida, o Consenso de

Buenos Aires, sinalizava contrapontos ao Consenso de caráter liberal realizado na década de 1990 com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a ascensão de novos atores à arena política, com destaque para o presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT), trouxe uma visão diferente sobre a América do Sul, em geral, e do MERCOSUL, em particular, para a esfera decisória de política externa. É nesse momento em que se pode perceber que a política de boa vizinhança é ressignificada para a política externa brasileira para a América do Sul (COUTO, 2013; SARAIVA, 2013).

Lula deu continuidade a iniciativas desenvolvidas durante a gestão Cardoso. Uma delas foi a assinatura de um Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e Comunidade Andina de Nações (CAN), incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro em 2005. Ainda, a reunião de chefes de Estados da América do Sul, inaugurada nos anos 2000, foi continuada. A partir da primeira reunião, e de um segundo encontro realizado ainda no governo FHC, em 2002, surgiu a estratégia política, que tomou corpo no governo Lula da Silva, para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (VIGEVANI; CEPALUNI; 2007).

Vigevani e Cepaluni (2007) defendem a ideia da “autonomia pela participação”, desenvolvida na gestão de Fernando Henrique enquanto que Lula apresentou a sua “autonomia pela diversificação”. A “autonomia pela participação” é definida pelos autores como uma política engajada com os regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem perder a capacidade de gestão da política externa; nela, o objetivo seria influenciar, através da participação, a formulação de princípios e regras que regem o sistema internacional. Já a “autonomia pela diversificação” pratica a adesão do país aos princípios e normas internacionais através de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais como China, Índia, Rússia, África do Sul; nela acredita-se que, ao diversificar as parcerias, se reduz assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional.

Enquanto que para Cervo (2003), a gestão Cardoso realizou uma “dança de paradigmas” em contraponto a adoção plena do paradigma logístico por Lula. A chamada coexistência paradigmática, embora possa parecer paradoxal, concretizou-se na era Cardoso, oferecendo o espetáculo da dança dos paradigmas: o desenvolvimentista, presente desde Vargas, norteador pelo empreendedorismo estatal; o normal, com um Estado mínimo que coloca o desenvolvimento nas mãos do mercado; e o logístico, onde algumas responsabilidades são concebidas ao mercado, ao mesmo tempo em que conserva certa capacidade de intervenção para o Estado (CERVO, 2003; REIS, 2008).

Lula buscou inserir o Brasil no cenário mundial, acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras.

Tradicionalmente, o discurso do PT sobre temas de política internacional enfatizava alianças preferenciais com parceiros do Sul. A retomada de uma posição que colocava a cooperação Sul-Sul no centro da agenda foi reinterpretada para o período de transição: de um lado, a adesão do país aos princípios “universalistas” da democracia; do outro, a aceleração do processo de globalização, que impossibilitou ao país manter uma política externa com baixo grau de interdependência com relação a outros países (VIGEVANI; CEPALUNI; 2007).

Dentro desse realinhamento para o Sul, Celso Amorim (2010) coloca a integração sul-americana como principal prioridade para a política externa brasileira. Ficava claro em seu discurso o entendimento de que o Brasil só seria fortalecido e mais influente na esfera internacional se agisse de forma conjunta com seus vizinhos. Dessa forma, o MERCOSUL apareceu como célula original do projeto de integração. Em sua visão, constava a retomada de um bloco também político, não só econômico, que refletiria as negociações iniciais entre Brasil e Argentina na década de 1980.

Assim, sendo região prioritária da sua política externa, a promoção do processo de integração regional foi tido como elemento-chave pelo Itamaraty para a inserção autônoma e soberana do continente e do Brasil no sistema internacional. No entendimento de um cenário multipolar, com novas dinâmicas na balança de poder, considerou-se primordial que a América do Sul não fosse englobada por nenhum dos novos polos de poder. A diplomacia brasileira procuraria consolidar uma América do Sul unida, estável e pacífica, ela mesma representando uma nova alternativa no cenário global (REIS, 2013).

Kirchner demonstrava uma vontade argentina de mudar a política econômica desenvolvida pelo país nos últimos quatorze anos, buscando um modelo baseado em investimentos públicos e combate à pobreza. No plano internacional, o novo presidente manifestou a intenção de estabelecer uma aliança estratégica com o Brasil, resgatar o MERCOSUL e cooperar ativamente para a integração sul-americana. Ao contrário de Menem, o que se percebeu em Kirchner foi um distanciamento nas relações com os EUA, alterando um padrão importante na política externa argentina (VISENTINI, 2008).

O presidente retomou princípios considerados caros a tradição da política externa argentina e adicionou os valores de solidariedade e de justiça social, ao mesmo tempo em que rompeu com linhas fundamentais da política exterior estabelecidas na gestão Menem. Ainda, o planejamento autônomo e de cumprimento do interesse nacional se relacionava com o pressuposto de que a Argentina teria um espaço de autodeterminação limitado, fundamentando a necessidade de estruturar uma estratégia de inserção soberana não subordinada no sistema internacional de poder. Nesse contexto entrava em cena a integração regional, de mãos dadas com a autonomia. A integração foi encarada como

ferramenta da política externa que permitiria ao país ganhar maiores margens de manobra na esfera internacional, o que, por sua vez, ajudaria a gerar melhores recursos para alcançar as metas do projeto nacional de desenvolvimento, e a reduzir sua vulnerabilidade e dependência externa (GRANATO e ALLENDE, 2013).

Na política externa argentina houve uma mudança na orientação dominante na década de 1990, sendo apresentada uma conduta que reconhecia a igualdade das nações e olhava novamente para a América Latina. Nesse novo olhar para a região, incluiu-se prioritariamente o aprofundamento, ampliação e institucionalização do MERCOSUL, além de um avanço no processo de integração sul-americano. Desde o início ficaram claras as mudanças ao surgirem posições de maior autonomia no terreno das relações internacionais, como o rechaço ao projeto da ALCA e o reconhecimento do MERCOSUL como projeto estratégico da política exterior argentina (RAPOPORT, 2009).

Nas rodadas comerciais da OMC, Argentina e Brasil agiram com outros países em desenvolvimento, apresentando críticas a linguagem dupla utilizada pelas grandes potências, que desejavam uma abertura plena para seus capitais e serviços, ao mesmo tempo em que mantinham um forte protecionismo para seus produtos agrícolas e alguns bens industriais (RAPOPORT, 2009). Para Saraiva (2013), embora as atuações conjuntas em foros multilaterais tenham enfrentado limite, existiram mais proximidades entre os dois países na esfera internacional do que durante os anos de 1990. Um bom exemplo a ser usado foi a Operação de Paz no Haiti, onde a articulação entre os dois países constou nos marcos da segurança internacional.

Houve um fortalecimento da relação bilateral, através de um novo perfil de interação praticado por ambas as partes. A postura de Lula apresentou-se como fator de equilíbrio entre as visões existentes em seu governo, deixando suas próprias marcas na diplomacia presidencial brasileira. Os novos atores, nos marcos da política de Lula e de Kirchner, transformaram tanto o teor das relações entre os dois países quanto o lugar da Argentina na política externa brasileira (SARAIVA, 2013).

As mudanças na postura da política externa brasileira impactaram a parceria entre os dois países. A busca brasileira pelo papel de liderança na América do Sul através de sua diversificação e discurso assertivo colocou em cheque a crença argentina de partilha de uma liderança com o Brasil na região. A política externa do governo Lula assumiu um perfil proativo de construção de uma liderança brasileira na América do Sul que entrou em choque com percepções mais nacionalistas no interior da Argentina. Na participação em fóruns multilaterais, apesar de existir uma maior aproximação entre ambos, a parceria binacional ficou limitada por um aprofundamento da assimetria entre os dois países em

termos de ações externas e de participação em foros internacionais. Enquanto a política externa brasileira se instalou como universalista e com preocupações globais, as prioridades argentinas ficaram orientadas, sobretudo, pelo entorno regional (SARAIVA, 2013).

De forma geral, as ações de cooperação foram vistas como política de Estado necessária para a manutenção dos ganhos conquistados ao longo da década de 1990, ao mesmo tempo em que se buscava evitar um desolamento da Argentina da esfera brasileira. A mudança do perfil político, presente nos dois países, contribuiu para o avanço da integração bilateral através de projetos de desenvolvimento, infraestrutura e projeção da indústria brasileira (SARAIVA, 2013)

A mudança de prioridades nas relações entre Brasil e Argentina, e o avanço realizado com tais iniciativas acabou por impactar o MERCOSUL, dando início a uma nova fase do bloco. Nela buscou-se ampliar a funcionalidade do Mercado Comum, abordando questões relativas a assimetrias entre os países membros, dando nova modelagem aos princípios estabelecidos originalmente no início da década de 1990. No entanto, na visão de Vigevani e Cepaluni (2007), apesar dos avanços realizados na busca pela constituição de um bloco regional, não se percebeu a construção de uma estratégia política sólida entre os dois países.

Um dos processos que marca a mudança de prioridades do governo brasileiro é a criação da CASA. Sendo um projeto direcionado para a América do Sul, não restrita a apenas quatro países, o objetivo da Comunidade Sul-Americana de Nações residia no entendimento político e na integração econômica e social do continente. Em 2007, a CASA acabou por ganhar um novo nome tornando-se União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), tendo seu Tratado Constitutivo assinado em 2008. Mantendo uma continuidade e alinhamento com os assuntos que vinham sendo discutidos até o momento, a instituição abarca oito conselhos que apontam as suas principais áreas de atenção: Energia; Saúde; Defesa; Infraestrutura e Planejamento; Desenvolvimento Social; Problema Mundial das Drogas; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; Economia e Finanças (SILVA, 2012; COUTO, 2013).

Em 2009, a UNASUL ganhou maior institucionalidade com a criação de quatro Conselhos em âmbito ministerial, consolidando-se como espaço de diálogo e concertação regional. O bloco apresenta um caráter estritamente intergovernamental e de institucionalidade limitada. Segundo Saraiva (2010) a UNASUL conta, de forma semelhante à ALBA, a Aliança Bolivariana para as Américas, com o Conselho de Chefes de Estado e Governo; Conselho de Chanceleres; Conselho de Delegados e uma secretaria geral, além de alguns conselhos setoriais. Em termos econômicos, por não ter compromissos de uma experiência de integração regional específica nem de se enquadrar em

nenhuma das classificações de integração econômica tradicionais pode, no longo prazo, acomodar diferentes iniciativas consideradas pela autora de sub-regionais.

Tais iniciativas seriam o MERCOSUL, a CAN e até mesmo a ALBA. A UNASUL, em diferentes momentos, unificou o comportamento dos países da região frente aos mais diversos assuntos. Já desempenhou papel importante frente às situações de crise no continente; seja de política doméstica (como no caso da Bolívia) ou de relações de fronteira (como no caso de Venezuela e Colômbia). A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano em seu interior, por iniciativa do governo brasileiro, tem contribuído para uma maior aproximação entre os países da região no campo militar, assim como colocou o Brasil no centro da agenda de segurança regional (SARAIVA, 2010).

Apesar das implicações positivas trazidas pela formação da UNASUL, sua criação reforçou dúvidas e questionamentos. Para Vigevani e Cepaluni (2007), a busca por diversificação praticada ao longo do governo Lula pode ter realizado possíveis efeitos colaterais. Dentre os principais estariam a dificuldade em fortalecer o MERCOSUL, bem como a relação de parceria com a Argentina. A falta de um forte e consistente projeto de desenvolvimento, brasileiro e mercosulino, pode ter comprometido os avanços e vantagens conquistados pelo bloco e seus países membros até o momento.

Inicialmente, a ideia era a de que o MERCOSUL serviria de fortaleza defensiva contra as pressões comerciais dos países mais desenvolvidos. No entanto, com a alta das *commodities* no mercado internacional e a necessidade de reequilibrar a balança comercial de seus países, recém-saídos do ciclo de crises internacionais ocorridos entre 1997-2002, iniciaram-se dúvidas sobre o apoio dos demais países da região a esta estratégia.

Mesmo o MERCOSUL sendo uma área de grande significado para o Uruguai e o Paraguai, e também para a Argentina, a influência norte-americana, e o seu mercado consumidor, ainda é considerada bastante presente, tendo um conjunto de fatores que regem o poder internacional a seu favor. Assim, enquanto o governo Lula da Silva encarou o projeto do MERCOSUL como prioritariamente político, seus parceiros de bloco preferiram considerá-lo como instrumento de caráter econômico-comercial.

A falta de políticas de desenvolvimento regional, que buscassem maior equilíbrio e financiamento nas cadeias produtivas do bloco, acabou por incentivar as posturas de resistência dos países membros frente ao Brasil. Ainda, as resistências empresariais brasileiras, buscando concessões assimétricas; protestos de grupos específicos prejudicados pela competição, como os produtores de arroz do Rio Grande do Sul impossibilitaram a coesão necessária para consolidar um projeto de Estado e também de governo. Dessa forma, apesar dos avanços na

constituição de um bloco regional, tais ações não chegaram a se transformar em uma estratégia política conjunta (VIGEVANI; CEPALUNI; 2007).

Para Couto (2010), a institucionalização do multilateralismo regional cumpriu algumas funções estratégicas no projeto integracionista idealizado pela diplomacia de Lula. Suas ações foram coerentes com os objetivos de construção de um espaço sul-americano, retomados ainda na agenda da política externa brasileira da época de Cardoso. Ao mesmo tempo, ao se criar uma instituição nos moldes da UNASUL, deu-se maior estabilidade e previsibilidade ao processo. Dessa forma, a consolidação da América do Sul, no longo prazo, ficaria menos afeita ao humor de novos governos que, eventualmente, pudessem ser mais cautelosos quanto ao movimento de construção do espaço sul-americano. No entanto, o MERCOSUL se tornou ao longo da gestão Lula uma questão em aberto, saindo da zona de prioridades da sua gestão.

Considerações finais

Como visto anteriormente, o relacionamento estabelecido entre Brasil e Argentina sempre foi objeto de atenção para o entendimento da América do Sul. Tais relações se desdobraram em diferentes questões, desde as relações de abastecimento na Bacia do Prata, até iniciativas como a aliança ABC (Argentina, Brasil e Chile), ainda no governo Vargas, ou a Operação Pan-Americana, no governo Kubitschek. É interessante notar como tanto a ditadura militar quanto o processo de redemocratização nos anos 1990, definiram aproximações entre os dois países.

Com a criação do MERCOSUL em 1991, resultado das negociações entre Brasil e Argentina iniciadas na segunda metade da década de 1980, houve um forte reforço dos laços econômicos entre os dois países. Apresentando uma reconfiguração dos projetos criados nos anos 1980, o bloco foi iniciado com uma grande ênfase para a dimensão comercial (SARAIVA, 2013). A ênfase comercial seguiu o direcionamento da época. Alinhado ao recém-assinado Consenso de Washington, o MERCOSUL nasceu sob o signo do liberalismo econômico na América do Sul.

Seus maiores países-membros, Brasil e Argentina, cada um a sua forma, reproduziam a fórmula neoliberal. Fernando Henrique Cardoso, ao longo de seus oito anos de mandato, realizou um ajuste do discurso neoliberal; uma adesão não integral a este modelo, mantendo presente o paradigma desenvolvimentista e; ao fim de seu mandato, um discurso que ponderava os efeitos da globalização e a forma como a mesma atuava de forma assimétrica (REIS, 2008).

Já os dez anos da gestão Menem (1989-1999), representaram uma mudança brusca na política até então apresentada. Tendo finalmente o controle dos índices de inflação, mantidos controlados ao longo de sua gestão, a política

argentina se vê nesse momento regida pelos conceitos do realismo periférico e da agenda neoliberal. O único ponto a ser mantido ao longo da gestão de Menem é a relação com o Brasil e o processo de integração regional. Ao fim da sua gestão, a Argentina se vê em um grave momento de crise política e econômica, alcançando certo nível de estabilidade apenas em 2003, com a eleição de Néstor Kirchner.

Tentando uma recuperação das diversas ondas de crise geradas entre 1997 e 2002, Lula da Silva e Kirchner buscam, através do MERCOSUL, um momento de revitalização e parceria. No entanto, as diferenças entre as respectivas políticas macroeconômicas; as preferências divergentes sobre o sentido do MERCOSUL que operaram de formas diferentes nos governos brasileiro e argentino; a crença de setores políticos e diplomáticos brasileiros na autonomia; e a resistência frente a um processo de integração mais profundo, limitou a integração, sobretudo, à esfera do comércio (SARAIVA, 2013).

Os projetos da política externa brasileira, referentes à América do Sul, atingiram um novo patamar com a criação da UNASUL. Para Lima (2013) a UNASUL surge não como alternativa aos regimes comerciais existentes, mas como uma forma de ir além da mera integração comercial, permitindo outras modalidades de cooperação regional e, principalmente, superando as restrições geradas pela existência dos respectivos regimes comerciais existentes na região.

Ao mesmo tempo, projetos como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e o bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ambos criados na segunda metade dos anos 2000, redirecionaram as energias brasileiras para além do MERCOSUL. O alinhamento partidário de uma política Sul-Sul aliado à noção universalista da política externa brasileira, em conjunto com uma alta das *commodities*, garantindo ao país maior autonomia econômica, fizeram com que outras alianças fossem consideradas prioridade na agenda da política externa brasileira.

Ao longo da gestão de Lula, é possível perceber que a interação com a Argentina sofreu, mesmo que acompanhada por um máximo de empenho e boa-vontade. No entanto, essa boa vontade sofreu certa deterioração prática, em grande medida determinada pela difícil situação econômica atravessada pelo país platino nos dois primeiros anos da administração Nestor Kirchner (ALMEIDA, 2007). Ao mesmo tempo, interesse brasileiro por um papel relevante no cenário internacional, como um assento permanente no Conselho de Segurança, foi percebido na Argentina como competitivo em relação às próprias metas brasileiras. O Brasil, tanto no governo FHC quanto no de Lula da Silva, não conseguiu demonstrar que esse seu interesse poderia também ser o objetivo regional coletivo, do MERCOSUL em particular (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de; **Relações Internacionais e política externa brasileira: história e sociologia da diplomacia brasileira.** – 2.ed. ver.ampl.atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____; **O Brasil como ator regional e global: estratégias de política externa na nova ordem internacional.** *Cena Internacional*, v. 9, n. 1, p. 7-36, 2007.

AMORIM, Celso. *Brazilian Foreign Policy under Lula.* **Revista Brasileira de Política Internacional**, edição especial. p. 214-240, 2010.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **O Brasil e os chamados blocos regionais.** *São Paulo em Perspectiva*, 16(1) 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e a América do Sul. IN: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio. (orgs) **Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas.** São Paulo, Editora Saraiva, 2006.

BERNAL-MEZA, Raúl. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional** 45 (1): 36-71, 2002.

CAETANO, GERARDO. Breve historia del MERCOSUR em sus 20 años. Coyunturas e instituciones (1991-2011). IN: **MERCOSUR 20 años.** Montevideo (Uruguay): CEFIR, 2011.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina: história de uma idéia na “visão do outro”.** Brasília : FUNAG, 2010.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional** 46 (2): 5-25, 2003.

CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: EdUnB, 2011 (4ª Edição).

GRANATO, Leonardo e ALLENDE, Rafael Alvariza. A Política Externa dos governos kirchneristas (2003-2011): do modelo próprio ao MERCOSUL. **Revista Século XXI**, Porto Alegre, V. 4, Nº2, Jul-Dez 2013

COUTO, Leandro. Relações Brasil-América do Sul: a construção inacabada de parceria com o entorno estratégico. IN: Lessa e Altemani, **Parcerias estratégicas do Brasil.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional: una introducción.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

GUADAGNI, Alieto Aldo. **A Argentina e o regionalismo aberto.** Rio de Janeiro

: Quartet, 1995.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HERZ, Mônica e HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. no.90 São Paulo set./dez. 2013

NETO, Walter Antonio Desiderá et al. **Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: Política Externa, Integração, segurança e energia**. IPEA. Rio de Janeiro, 2015.

RAPOPORT, Mario. (2009), “Argentina: Economia e Política Internacional. Os Processos Históricos”. **Revista Diplomacia, Estratégia & Política**, n° 10, pp. 27-51.

REIS DA SILVA, André. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Tese de Doutorado, UFRGS. Porto Alegre: 2008

_____ A América do Sul e a Unasul na política externa do governo Lula (2003-2010). IN: ETGES, Virginia Elisabeta; AREND, Silvio Cezar Arend (Org.). **CEPAL: leituras sobre o desenvolvimento latino-americano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012

SARAIVA, Miriam Gomes. **Integração regional na América do Sul: processos em aberto**. Análise de Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro, n°7, 2010.

_____ Encontros e desencontros: perspectivas de uma parceria estratégica. In: Lessa e Altemani, **Parcerias estratégicas do Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto internacional, 2007.

VISENTINI, Paulo G Fagundes. O Brasil, o MERCOSUL e a integração da América do Sul. IN: **Processos de integração regional e cooperação intercontinental desde 1989/** organizado por Marianne Wiesenbron e Richard Griffiths – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Recebido em abril de 2017.
Aprovado em maio de 2017.



Adriana Pilar Ferreira Albanus

Alice Saccaro

Ana Maria de Souza Teixeira

Augusto Gavioli

Bruno Celidonio

Luana Margarete Geiger

Namisi Silva de Oliveira